

UMA INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

1. Introdução

Intelectuais, desde a Antiguidade, desenvolveram reflexões sobre a vida em sociedade, particularmente através da filosofia, contudo, a elaboração científica de um pensamento social é muito recente e, portanto, podemos afirmar que a Sociologia é uma ciência moderna. É difícil precisar o nascimento dessa ciência, mas sabe-se que o termo *sociologia* começa a ser utilizado aproximadamente por volta de 1830. É preciso compreender que a Sociologia não nasceu da vontade ou genialidade intelectual de um ou alguns poucos pensadores, mas da necessidade de se buscar explicações e respostas para um período de grandes transformações sociais, culturais e históricas desencadeadas principalmente pela **Revolução Industrial** (séculos XVIII e XIX).



A Revolução Industrial foi palco histórico do nascimento da Sociologia.

A ciência em questão nascera numa sociedade, especificamente europeia, marcada por grandes transformações no processo de produção, em que se formava a massa de trabalhadores e com ela, uma condição precária e diferente de existência. Ocorria então rápida urbanização, que expunha uma nova forma de miséria, de conflitos, doenças proliferavam facilmente, um aumento do alcoolismo, do suicídio, da prostituição; mas também, assistia-se a um desenvolvimento tecnológico nunca visto antes, nasciam novos hábitos de consumo e movimentos artísticos que expressavam todo

esse tecido social, formado por relações de solidariedade e de muitas tensões. Ao lado disso, soma-se a importância histórica, na organização de uma nova sociedade e cultura, das revoluções burguesas, a construção do Estado-nação e a **secularização** que separava a atmosfera religiosa até então imantada nos elementos da cultura e das instituições. Surgiam nesse mundo o mito do progresso e a fé nos benefícios seguros propiciados pelas descobertas científicas da época, supostamente capazes de oferecer conforto e esclarecimento suficiente.

2. A Ciência Social

Os primeiros cientistas sociais pretendiam elaborar uma ciência que explicasse os fenômenos sociais com o mesmo rigor utilizado nas chamadas ciências naturais, como a Biologia ou a Física. Buscavam leis universais que dessem conta de compreender racionalmente processos que, na verdade, como foi colocado posteriormente, precisavam de métodos e categorias próprias do pensamento social. Enquanto ciência, o novo pensamento social pretendia-se, e ainda deve ser assim, exercício intelectual de observação e de experimentação. Fatos se acumulavam e tornavam-se, pela repetição dos fenômenos, fatos sociais, ou seja, passíveis de observação científica. Por essa época, as ciências naturais davam importantes passos em seu desenvolvimento. Há mais de um século, Galileu, Copérnico e Newton deixaram legados e estudos que abalaram conceitos clássicos que já não bastavam para explicar os fenômenos e mudaram o paradigma, ou seja, o referencial teórico dos homens. O **heliocentrismo**, por exemplo, de Nicolau Copérnico, deslocava a Terra do centro do Universo e mostrava o equívoco teórico inevitável de uma humanidade que até então não produzira a investigação científica. A ciência, portanto, não nasceu como uma forma entre outras de saber, mas como a única competente e capaz de expressar a verdade, e por isso pode-se afirmar que existiu, e muitos ainda creem nisso, o mito da ciência. Essa mentalidade foi chamada de **cientificismo** e corresponde a uma escola do pensamento conhecida como **Positivismo**. Se de um lado, a Sociologia descendia da filosofia social elaborada pelos antigos gregos ou pelos iluministas do século XVIII, por outro lado, ela exigia uma metodologia distinta e propriamente científica.

3. Objeto da Sociologia

Não é possível definir o objeto da Sociologia em poucas linhas. Os próprios clássicos não compartilham as mesmas noções de sociedade e têm diferentes concepções de um objeto da Sociologia. Cada pensador tende a construir ou a se apropriar de categorias científicas distintas. Tais divergências não empobrecem essa área do conhecimento, ao contrário, tornam-na mais interessante e complexa.

Como vimos na aula anterior, a Sociologia tem o compromisso de elaborar abordagens científicas da sociedade. Assim, tais abordagens não podem partir de especulações livres de gabinete, tampouco podem contar com observações casuais de fenômenos sociais isolados. Enquanto ciência, o pensamento sociológico se expressa como um sistema coerente de categorias construídas sobre a realidade observada e interpretada, criando proposições e teorias. Em princípio, a ciência social em questão pode tomar por objeto qualquer fenômeno social, visto como processo, ou ainda, em seu próprio dinamismo e historicidade. São objetos de observação e estudo os processos sociais, movimentos sociais, as relações de classe, conflitos, instituições, fenômenos múltiplos em que as ações dos homens levem em consideração a existência dos outros. A realidade social já não é percebida então como processo da natureza ou obra do acaso, mas como resultado de inúmeras variantes históricas, políticas e culturais, que envolvem questões de poder, *status* e significações.



Foto: Jesus Carlos. Movimento social no Brasil.

O clássico Max Weber definiu Sociologia como: “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos”. (Weber, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos de uma Sociologia Compreensiva*. Editora Universidade de Brasília, 1991)

4. Uma Ciência da Sociedade

Os primeiros sociólogos pretendiam uma ciência semelhante às ciências naturais, porém, hoje diríamos que a ciência da sociedade não tem a função de descobrir leis gerais e naturais da sociedade, mas a de formular generalizações sobre a realidade social. Não cabe ao sociólogo estudar fatos isolados, o que é feito pelo historiador, mas fatos marcados pela repetição do fenômeno. Em outros termos, para que seja detectado um fenômeno de interesse sociológico, tal fenômeno deve apresentar alguma regularidade. Não interessa ao sociólogo o suicídio de alguma autoridade política, por exemplo, mas pode interessar o aumento verificado no número estatístico de suicídios em uma determinada sociedade, e levará em consideração o contexto histórico em que se verificou o fenômeno repetido.

É preciso salientar além disso que teorias sociológicas não são doutrinas sociais, pois essas últimas não resultam de um trabalho científico de observações. Assim como, a Sociologia também não é uma mera técnica de controle social. Contudo, as doutrinas sociais e as técnicas de controle podem ser objeto de estudo do sociólogo e os conhecimentos acumulados ou desvelados pela Sociologia podem contribuir para a prática política de administração da sociedade.

Existe ainda uma distinção entre problema sociológico e problema social. É um equívoco e um lugar-comum confundir os dois conceitos. Pensa-se que o objeto da Sociologia seja o conjunto dos problemas sociais e que sua única função é a de propor soluções. O sociólogo deve saber, ao propor uma pesquisa, problematizar o fenômeno social, que pode ser um problema social, ou não. Na verdade, é um problema sociológico toda questão social passível de ser teorizada e estudada. A função social de um ritual ou de uma festa popular, por exemplo, pode ser um problema sociológico, e não deve se supor que a ciência social nasceu para solucionar problemas sociais, como a violência ou o desemprego, embora possa contribuir nesse sentido.

A quem interessa a Sociologia? O conhecimento sociológico não se restringe aos interesses dos cientistas sociais. Hoje, integra o saber do cidadão comum e faz parte do cotidiano. Tornou-se difícil acompanhar os noticiários e comentários registrados pela mídia, quando se está totalmente desprovido de noções de teoria social. Uma pessoa pode viver sem qualquer conhecimento de gramática e se comunicar sem grandes problemas, porém, o domínio mínimo da gramática pode auxiliar e aperfeiçoar a capacidade de comunicação de um indivíduo. Da mesma forma ocorre com a Sociologia. É certo que se pode viver sem ela, mas é notável como certa intimidade com as categorias e teorias sociológicas propicia maior fluidez e coerência nas reflexões que um indivíduo possa expressar. A ciência, portanto, assim como a Filosofia, deve trabalhar transcendendo o senso comum.



Carnaval suíço. Foto: Alexander Thoele. A Sociologia tem como objeto todo evento social carente de interpretação.

5. Subdivisões da Sociologia e Relações com Outros Saberes

A Sociologia é uma entre outras ciências sociais (Antropologia Cultural, Ciência Política, Economia etc.). Ela pode – e deve – dialogar com outras ciências e outras formas de conhecimento, como a filosofia e a arte. A produção sociológica não pode pretender responder a qualquer questão, mormente quando estiver fora de seu domínio de estudo. Não cabe ao cientista, por exemplo, buscar respostas para o sentido da existência humana, o que é feito pela Filosofia, pelas tradições religiosas ou pela Teologia. Nesse sentido, dizemos que a Sociologia não deve ser uma ciência solitária, mas sim solidária, ou seja, deve oferecer suas contribuições para os saberes acumulados pela humanidade.

A Sociologia pode ser subdividida em algumas áreas de estudo e interesses específicos. Por isso, ouvimos falar de uma sociologia da educação, das artes, do conhecimento, da religião, da linguagem ou ainda de uma sociologia ambiental, rural ou urbana. Contudo, apesar dessa possibilidade de abordagens específicas e especializações, o sociólogo não deve abandonar uma visão panorâmica das ciências sociais e da sociedade. Um saber esfarelado corre o risco de enxergar a realidade de forma mutilada. O sociólogo não necessita e não consegue estudar **tudo** de uma sociedade, mas não pode desconsiderar o **todo**, pois cada elemento ou aspecto, aparentemente isolado do tecido social, está imantado pela totalidade do **sistema social**. Assim, o estudo de um aspecto como a família revelará que tal instituição traz em si outras tantas dimensões do tecido social, como a religião, as relações de produção, noção de autoridade e muito mais.

Glossário

Antropologia Cultural: Ciência que estuda o homem como ser produtor de cultura.

Empírico: Que se apoia na observação e experimentação da realidade concreta.

Heliocentrismo: Doutrina do Sistema Solar tendo o Sol como o centro.

Secularização: Perda do caráter religioso. Abandono do Estado eclesiástico.

Sistema social: A sociedade vista como sistema implica uma interação entre os elementos e instituições, de tal forma que a mudança de um elemento compromete ou influencia todo o tecido social.

O POSITIVISMO

6. Introdução

O Positivismo foi um movimento intelectual representado principalmente pelo francês Auguste Comte, caracterizando-se como afirmação social da experimentação científica. Em 1966, o antropólogo estruturalista Edmund Leach definiu o positivismo como a visão de que a pesquisa científica social não deveria procurar causas últimas que derivem de alguma fonte externa, mas sim confinar-se ao estudo de relações existentes entre os fatos que são diretamente acessíveis pela observação. Em outros termos, para o positivista, o cientista tem acesso direto à realidade que é o seu objeto de estudo e deve descobrir as leis gerais que seriam a base da regulamentação da vida em sociedade. Assim, o Positivismo é marcado por forte carga de cientificismo e essa carga é o seu próprio alvo de crítica hoje.

O termo positivo indica a possibilidade de um saber seguro e comprovado, que já não admite dúvidas. Auguste Comte afirmara que assim como não há liberdade de consciência na Matemática ou na Astronomia, não pode haver também em matéria de Sociologia. Pretendia com isso dizer que cabe ao sociólogo encontrar as leis universais e imutáveis que regulam a vida social. Ora, esse pensamento, hoje, é considerado ultrapassado, senão, por que existiriam tantas escolas divergentes e pensadores com visões até opostas acerca de uma mesma realidade observada? Sabe-se que o conhecimento é sempre uma redução e interpretação do mundo real e a teoria científica é elaborada sobre hipóteses.

7. O Pensamento de Auguste Comte (1789-1857)

Auguste Comte nasceu em Montpellier, sudoeste francês, e desde cedo revelou avançada capacidade intelectual e de memória. Aos dezesseis anos de idade, ingressou na Escola Politécnica de Paris, foi secretário do filósofo Henri de Saint-Simon com quem rompeu relações de trabalho em razão das divergências de pensamento. Trabalhou principalmente para desenvolver o que chamou de uma filosofia positiva.



Auguste Comte foi o principal expoente do Positivismo.

Para Comte, o progresso econômico que se verificava em sua época, resultante do processo industrial, acabaria com os conflitos sociais. A Sociologia, para ele, deveria buscar os acontecimentos constantes e repetitivos da natureza e alcançar tal conhecimento seria então um caminho para reconciliar ordem e progresso social. Definiu a Sociologia como a ciência positiva da sociedade.

Acreditava estar vivendo uma época de transição de uma cultura teológica para uma científica e de uma organização social militar para uma industrial, e via nessa transição um caminho natural para o estabelecimento da ordem. Afirmava que os cientistas substituiriam os sacerdotes e que a reforma da sociedade teria como condição fundamental a reforma intelectual. Para o pensador em questão, a ciência era a grande e única salvadora, capaz de dissolver as sombras da ignorância atormentadora da humanidade.

Segundo Comte, o compromisso da Sociologia era o de compreender e acelerar o motor natural da história rumo à ordem. Para fazer conhecer esse caminho, desenvolveu a lei dos três estados, associando-os a três idades da humanidade:

- a) A idade **teológica**, em que o homem explica os fenômenos atribuindo-os a seres ou forças que se equivalem aos próprios homens. Trata-se da infância da humanidade, marcada pelo pensamento mágico e pela fantasia.

- b) A idade **metafísica**, em que o homem invoca entidades abstratas como a natureza. Trata-se de um avanço, pois as ideias substituem os deuses e desenvolve-se a abstração filosófica.

- c) A idade **positiva**, em que o homem renuncia a descobrir as causas dos fatos e se satisfaz em buscar as leis que os governam, sendo a etapa definitiva.

Vê-se nessa exposição uma clara concepção evolucionista, típica da época. Tomava, portanto, a história especificamente europeia como a história universal. O modelo único de sociedade e de história era aquele visto na sociedade industrial e cientificista da Europa Ocidental. Conseqüentemente, para Comte, havia uma vocação natural e universal para o desenvolvimento científico e a história da humanidade era o desenvolvimento da natureza humana, rumo à instauração da ordem. Considerava-se, nesse sentido, um anunciador, um profeta de uma nova religião positiva, sem revelações, sem o sobrenatural, mas baseada na busca de uma unidade moral do homem.



A inscrição "Ordem e Progresso" na Bandeira Nacional é um lema positivista.

8. O Positivismo no Brasil.

O Brasil teve importantes representantes do positivismo, como o coronel Benjamim Constant, o marechal Cândido Rondon, Nísia Floresta Augusta (discípula direta de Auguste Comte), Miguel Lemos, Euclides da Cunha, Júlio de Castilhos e o sociólogo e antropólogo Roquette-Pinto. O Positivismo, no País, formou o pensamento de professores, médicos, engenheiros, advogados, militares, políticos, juízes e artistas.

A própria Bandeira Nacional, composta por Raimundo Teixeira Mendes, está repleta de simbologia positivista, como a forma geométrica que indica avanço e a inscrição *Ordem e Progresso*, termos que melhor expressam o pensamento positivista.

O movimento surgiu no País durante o Segundo Reinado, com os estudantes que viajavam para a França, e teve influência na Proclamação da República. Muitas instituições nascidas da República do País trazem a marca da corrente desse pensamento: as Constituições, a liberdade religiosa, a independência do Estado em relação à esfera religiosa, o espírito de solidariedade continental, os princípios das Forças Armadas, a liberdade de imprensa e de cátedra.

No Brasil, houve dois movimentos positivistas: um primeiro, liderado por Pierre Laffitte, chamado **Positivismo Ortodoxo**, de inspiração mais religiosa e que contou com grande participação de militares; e um segundo, liderado por Émile Littré, conhecido como **Positivismo Heterodoxo**, mais concentrado no Nordeste (Recife) e que seguia uma orientação mais científica. Os dois movimentos correspondem a dois períodos do trabalho de Comte: o **ortodoxo**, no período mais final e o **heterodoxo**, relacionado com os primeiros estudos de Comte, datando do surgimento da Sociologia.



A Proclamação da República do Brasil foi uma realização política de inspiração positivista.

TEXTO: INVASÃO POSITIVISTA

QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991, pág. 49-52

Ao equiparar o estudo da sociedade ao estudo da natureza, toma como modelo a ciência natural e, mais especificamente, a Biologia. Desta, advém muitos dos conceitos que marcam a Física social, ou a Sociologia, como os de hierarquia, consenso, órgão, função, estática, dinâmica, enfim, as ideia de fenômenos interdependentes dentro de um sistema funcional, organicamente composto.

Essa identificação do estudo da sociedade ao estudo da natureza, que leva a primeira à busca de leis sociais análogas às leis da Física (entende-se aqui uma interpretação estática desta ciência), elimina o papel da prática social como elemento gerador de mudanças na sociedade. “A prática social, especialmente no que se refere à transformação do sistema social, fora assim suprimida pela fatalidade. A sociedade era concebida por leis racionais que funcionavam com necessidade natural.” (Marcuse)

A sociedade tem uma ordem natural que não muda e à qual o homem deve submeter-se. Essa posição de submissão aos princípios das leis invariáveis da sociedade leva a uma posição de resignação grandemente enfatizada na obra de Comte. Para Comte, “o espírito positivo tende a consolidar a ordem pelo desenvolvimento racional de uma sábia resignação diante dos males políticos incuráveis” (Morais Filho, *Auguste Comte: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 31). A pregação da resignação facilita a aceitação de leis naturais que consolidam a ordem vigente, justificadora da autoridade reinante e facilitadora da proteção dos interesses – riqueza e poder – hegemônicos naquele momento histórico.

Os fenômenos econômicos são muitas vezes apontados por Comte como expressão dessas leis sociais naturais invariáveis, por coincidência, referindo-se, principalmente, ao caso da concentração de capital.



Coronel Benjamim Constant: um positivista no Brasil.

Com o objetivo de fortalecimento da ordem social combate-se qualquer doutrina revolucionária e todas as forças se concentram numa renovação moral da sociedade. A mudança da sociedade passa fundamentalmente por um refazer dos costumes, uma reforma intelectual do homem, e menos pela transformação de suas instituições. A sociedade se modifica através da visão de PROGRESSO como um mecanismo da própria ORDEM, sem destruição da ordenação vigente, num processo evolutivo. Como afirma Marcuse: “o positivismo está, pois, interessado em ajudar a ‘transformar a agitação política em uma cruzada filosófica’ que suprimiria tendências radicais que eram afinal de contas incompatíveis com qualquer sadia concepção da história”. O citado autor continua, buscando mostrar que o progresso é, em si, ordem – não é revolução, mas evolução.

A ideia de ORDEM e PROGRESSO (lema de nossa bandeira), em Comte, vem de sua visão dos fenômenos da sociedade. Para ele, todo ser vivo pode ser estudado sob uma dimensão estática e uma dinâmica, que apreciaram a sociedade em repouso e em movimento. Relaciona essas duas dimensões à anatomia e à fisiologia.

A visão de ordem tem sua origem na noção de ESTÁTICA, que estuda a existência, suas condições e a estrutura que a gera. Corresponde à compreensão da existência naquilo que ela oferece de fixo, de estrutural.

A Sociologia dinâmica se preocupa com o entendimento do movimento, do desenvolvimento, da atividade da vida coletiva, correspondendo à noção de PROGRESSO. Essa dimensão da dinâmica social é o que vai distinguir, marcadamente, a Sociologia da Biologia, ou seja, “a ideia-mãe do progresso contínuo ou, antes, do desenvolvimento gradual da humanidade”. (Morais Filho, p. 134). Em última instância, torna-se necessário melhorar as condições de vida das classes menos favorecidas, sem incomodar a ordem econômico-política da sociedade. O desenvolvimento histórico dá-se, portanto, pela evolução organizada, regida por leis naturais, ou seja, PROGRESSO HISTÓRICO É ORDEM.

A lei dos três estados de Comte demonstra essa visão do desenvolvimento histórico da sociedade. Para ele, essa grande lei explica o “desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade”, destacando que essa e todos os conhecimentos passam sucessivamente por três estados históricos distintos: o teológico, o metafísico, ou abstrato, e o científico, ou positivo. Esses três estados se expressam não apenas nas formas por que, sucessivamente, toda investigação passa, como também pela própria evolução da humanidade. Assim se expressa Comte: “(...) ora, cada um de nós contemplando sua própria história, não se lembra de que foi sucessivamente, no que concerne às noções mais importantes, teólogo em sua infância, metafísico em sua juventude e físico na sua virilidade”.

No estado teológico, predominam as criações espontâneas, não sujeitas à prova; no metafísico, a dominância é das abstrações e de princípios racionais e, no positivo, o alicerce está numa apreciação firme da realidade externa, enunciando-se as relações entre os fenômenos.

Assim, tanto a determinação das leis naturais e eternas como agora, a visão de evolução da sociedade e da história sob a ótica positivista aniquilam a prática social dos homens, transformadora da sociedade.

Esta ideia dos três estágios combinada com a transposição de teses do Darwinismo para a sociedade originou o que ficou conhecido como Darwinismo social. No campo da Biologia, Darwin afirmava que as diversas espécies de seres vivos se transformam continuamente com a finalidade de se aperfeiçoar para garantir a sobrevivência. Em consequência, os organismos tendem a se adaptar cada vez melhor ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de existência, que possibilitam, pela competição natural, a sobrevivência dos seres mais aptos e evoluídos.

Tais ideias, transpostas para a análise da sociedade, resultaram no DARWINISMO SOCIAL, isto é, o princípio de que as sociedades se modificam e se desenvolvem num mesmo sentido e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostraria mais evoluído, mais adaptado e mais complexo. Esse tipo de mudança garantiria a sobrevivência dos organismos – sociedades e indivíduos – mais fortes e mais evoluídos.

Estava criado assim o suporte teórico para justificar no século XIX o domínio colonialista de nações europeias sobre povos da América, da África, da Oceania e da Ásia.

Os principais cientistas sociais positivistas, combinando as concepções organicistas e evolucionistas inspiradas na perspectiva de Darwin, entendiam que as sociedades tradicionais encontradas nos continentes citados acima não eram senão “fósseis vivos”, exemplares de estágios anteriores, “primitivos”, do passado da humanidade. Assim, as sociedades mais simples e de tecnologia menos avançada deveriam evoluir em direção a níveis de maior complexidade e progresso na escala da evolução social, até atingir o “topo”: a sociedade industrial europeia. Porém essa explicação aparentemente “científica” para justificar a intervenção europeia nesses continentes era, por sua vez, incapaz de explicar o que ocorria na própria Europa. Lá, os frutos do progresso não eram igualmente distribuídos, nem todos participavam igualmente das conquistas da civilização. Como o positivismo explicava essa distorção?

Glossário

Heterodoxo: Que faz oposição a uma doutrina, postura ou opinião tradicional.

Ortodoxo: Que está conforme a uma doutrina definida e tradicional.



A Questão do Método em Ciência Social História e Positivismo

A QUESTÃO DO MÉTODO EM CIÊNCIA SOCIAL

José Maurício F. Mazzucco

A ciência social, como toda ciência, conta, em princípio, com um método distinto daquele próprio da tradição e reflexão filosófica. Foram filósofos que desenvolveram a noção de método em produção de conhecimento. Dois modelos mais importantes se destacam: o método **indutivo** e o **dedutivo**.

Durante o Renascimento, Francis **Bacon** (1561-1626) foi o maior representante do modelo da **indução**. Segundo este, o conhecimento resultaria da experimentação empírica, em que a observação sistemática de casos particulares para então chegar à formação de generalizações sobre os objetos estudados. O método indutivo é o modelo priorizado pela produção científica. Já o método **dedutivo** teve como maior representante o filósofo René **Descartes** (1596-1650), para quem o conhecimento era baseado no encadeamento lógico de hipóteses racionais, em outros termos, o saber parte da formulação de generalizações que devem ser válidas e aplicadas aos casos particulares. A Sociologia faz uso principalmente do método indutivo; enquanto a Filosofia Social se apropria mais do dedutivo. Isso não significa que ambos os métodos não sejam aplicados pela ciência ou pela filosofia, trata-se de uma questão de prioridade.

Dizer que todos os homens nascem iguais, por exemplo, pode ser uma verdade para a expressão de um filósofo ou de um teólogo, mas provavelmente, não terá teor **empírico** para uma abordagem científica, uma vez que o homem nasce em um mundo social marcado pelas desigualdades. Contudo, isso não invalida, na fala de um pensamento dedutivo, a afirmação de que os homens nascem iguais e o sociólogo o sabe. Isso também significa que o sociólogo poderá afirmar que os homens nascem iguais, mas não estará professando o seu trabalho como cientista, mas expressando um juízo de valor filosófico do qual tem direito. Isso não é interessante?

HISTÓRIA E POSITIVISMO

Alberto Lins Caldas
Professor de Teoria da História – UFRO
Centro de Hermenêutica do Presente – UFRO

O Positivismo em História se restringe, hoje, à chamada “História Oficial”, à “História de Segundo Grau”, a alguns historiadores regionais, a certa mentalidade, mas não gerou uma tendência coerente e forte, não gerou uma História, mas tão somente desvios. Sua aplicabilidade seria estranha a todas as concepções de História.

O “Positivismo clássico” esconde por traz dos “dados objetivos” a sua matriz ideológica, o seu fazer. Sua concepção geral é a de que a sociedade é regulada por leis naturais que são imutáveis e não dependem do arbítrio; a consequência lógico-epistemológica é a de que os métodos e técnicas aplicados no estudo da sociedade devem ser os mesmos das Ciências Naturais, o conhecimento objetivo que estabelece o que é Ciência, científico, metodológico, possível e impossível, real e irreal; a metodologia da História não apenas seria a mesma das Ciências Naturais como também deveria estudar seu “objeto” da mesma maneira, sem “juízos de valor”, com a esperada neutralidade (o passado já passou, nada temos que nos inserir nele), dissecando os “fatos” como se fossem objetos; a separação entre Juízos de Valor e Fatos é imprescindível; sem implicações políticas, a finalidade da Ciência (da História) é constatar, descrever e prever. A descritividade descompromissada, reproduzindo a realidade, torna-se o estilo preferido e necessário. Com isso o sujeito encontra o objeto, desencava, escava e o traz a luz. A separação entre o cientista e seu “objeto de estudo” é condição inescapável.

O positivismo não se encontra em estado puro em nenhuma concepção de História, nem mesmo no século XIX. Esse segmento lógico arruinaria completamente qualquer pretensão historiográfica e até mesmo um projeto científico que tivesse a “sociedade” e suas virtualidades contraditórias e dispersivas como objeto. Mas fragmentos dela estão como não dito em muitas “Escolas de História”, escondidos como generalidades, universalidades, naturalizações, esquecimentos, adesões, procedimentos.

Com algumas clivagens positivistas dentro da História cremos de que a função básica do historiador é reconstruir os fatos. Esses fatos não se relacionam com o historiador. Sua posição é neutra, ou científica, separando

ele mesmo e o sistema imaginário do seu tempo daquilo que passou. Sujeito e objeto mantêm uma relação “naturalizante”, de compreensão causa-efeito, como duas entidades, como se os “objetos” não fossem criação viva de uma “comunidade”, de indivíduos, não fossem expressões do próprio sujeito, como duas entidades separadas, não fossem ficcionais.

Outra postura é que a história é o real, sociedade, existência, sistema de fenômenos existentes em sua globalidade, os homens em movimento a humanidade e seu trajeto. Essa existência deixa documentos do seu movimento, que serão recompostos (a história está nos documentos: os fatos estão nos documentos) pela História. O historiador é o cientista que extrairá a história condensada, escondida, espalhada nos documentos.

Uma terceira postura é que a Filosofia e toda reflexão deve ser afastada da operação, pois afetaria a “matéria refinada”, que é “o que aconteceu”, onde não estavam nem o presente nem o historiador.

A transformação de tudo em “objeto da ciência” da mentalidade positiva esconde a transformação de tudo em objeto. Sem o histórico processo de objetificação, sem objetificar, o pensamento científico fica inoperante,

principalmente porque suas razões são funcionais. Sua lógica é “industrial”. As operações que lhe cabem são somente aquelas que permitem a construção, a utilização social do conhecimento visivelmente como poder. Sua eficácia (verdade, objetividade, aplicabilidade) provém exatamente dessa objetificação.

A História, que poderia ser a antítese dessa concepção científica do mundo, luta desesperadamente pela glória inútil de ser considerada Ciência. Uma História científica seria ridícula e seu exercício, além de matá-la, anularia qualquer possibilidade de compreensão desse fenômeno perverso e contraditório que é o ser social. O método da História, coerente com seu pretense “objeto de estudo”, não poderá jamais ser científica em qualquer dos seus momentos, o que não exclui nem o rigor nem a capacidade de compreensão e consciência das dimensões fundamentais do existir.

Essa “História Positivista” não será aquela que será desmoralizada e dissolvida pelos Annales, uma História mais séria, científica, mas sem os limites desse tipo de História que se tornou “saber oficial” e ainda hoje é a forma concentrada das “Histórias do Segundo Grau



1. Introdução

Durkheim (1858-1917) nasceu em Epinal, na Alsácia e descendia de uma família de rabinos. Estudou Filosofia na Escola Superior de Paris, terminando seus estudos na Alemanha. Lecionou na Sorbonne, onde reuniu um grupo de cientistas, incluindo o seu secretário e sobrinho, o antropólogo Marcel Mauss. Tal grupo ficou conhecido como Escola Sociológica Francesa. Suas principais obras foram *As Regras do Método Sociológico*, *Da Divisão do Trabalho Social* e *O Suicídio*. Durkheim destacou-se também na sociologia da educação e da religião. A França, que em sua época já era um Estado constituído, fora palco de uma revolução burguesa (Revolução Francesa) que possibilitara um acúmulo de reflexões acerca de seus efeitos. Foi na França, ainda, que Auguste Comte divulgou seus estudos e este teve a mais clara influência sobre Durkheim.



Emile Durkheim.

2. O Conceito de Sociedade

Durante muito tempo, filósofos escreveram sobre o contrato social, supondo que os homens viviam num passado remoto originalmente em estado de natureza e teriam renunciado à liberdade para viver em sociedade. Os sociólogos, em geral, não concordam com essa visão. Émile Durkheim defendeu o primado da sociedade sobre o indivíduo. Em outros termos, não há homem sem sociedade, pois o homem é essencialmente um ser social.

Para Durkheim, a sociedade não era a simples soma de indivíduos. Entendia-a como **uma realidade exterior** ao indivíduo, dotada de um poder de **coerção**. A sociedade seria, então, uma individualidade psíquica, resultante da combinação de consciências individuais, mas que se constituía numa entidade distinta: a **consciência coletiva**. A isso se chama de **exterioridade** do ser social. Adiante, veremos que poucos compartilham dessa ótica. Para o clássico Max Weber, por exemplo, a sociedade seria um processo interno ao homem.

Segundo Durkheim, o tecido social só se organizaria através de uma consciência coletiva e por isso não bastava falar em uma simples soma de pessoas. Via a sociedade como um sistema formado pela associação e que representava uma realidade específica, com caracteres próprios. Esse aspecto de exterioridade é fundamental para compreender a categoria durkheimiana de **fatosocial**.



3. O caráter impositivo do Fato Social

Para conhecer um pouco do pensamento de Durkheim, é imprescindível expor um conceito que está presente em toda a sua obra. Em 1895, ele publica *As Regras do Método Sociológico*, e nessa importante obra definiu o **objeto de estudo da Sociologia: o fato social**.

Para o indivíduo, o fato social se apresentaria como uma realidade preexistente, independente e exterior. O primeiro caráter de um fato social seria o poder de

coerção, não necessariamente percebido como coerção pelos membros da sociedade. O indivíduo, explica Durkheim, ao nascer, não escolherá o idioma ou as normas de comportamento, pois tudo isso já está definido de acordo com a sociedade em que venha a nascer. Em tais circunstâncias de existência social, o homem prova, então, da força de coerção da sociedade.

Esse poder de coerção levará a sociedade a fazer uso de sanções que podem ser legais ou espontâneas. Nesse sentido, a punição para os que se rebelarem contra as normas ou se comportarem questionando-as, portanto, poderá aparecer em forma de lei penal juridicamente estabelecida (legal) ou pela simples reprovação, em que o infrator, por exemplo, se sentirá alvo de risos (espontânea).

Durkheim trazia forte influência dos positivistas e acreditava na **objetividade** do fato social. O pesquisador, portanto, para cumprir a exigência de rigor científico, deveria tomar uma distância e manter neutralidade de seu objeto de estudo (fato social) e conservar a objetividade de sua análise sociológica. Verifica-se que para o pensador em questão o fato social é um fenômeno passível de observação. Em outros termos, assim como um determinado ser vivo é um objeto de estudo exterior e palpável para um biólogo, tendo esse ser diante de si, o fato social se ofereceria com a mesma objetividade para o sociólogo. Como o próprio Durkheim dizia, **“os fatos sociais são coisas”**.

4. Solidariedade Mecânica e Orgânica

Vimos que, para Durkheim, a sociedade era mais que uma soma de indivíduos e apresentava, portanto, um caráter de sistema. Tal sistema consistia em um tecido solidário e o sociólogo francês via nos conflitos apenas uma **anomalia** da **solidariedade**.

As sociedades teriam conhecido duas formas de solidariedade: a **mecânica** e a **orgânica**.

A primeira (a mecânica), segundo Durkheim, seria uma solidariedade por semelhança, em que os membros de uma coletividade compartilham os mesmos sentimentos e reconhecem os mesmos valores como sagrados. Nessas sociedades, os indivíduos não se distinguem muito uns dos outros e as consciências individuais se assemelham muito à consciência coletiva. A outra forma de solidariedade é a orgânica, em que os membros se diferenciam em consciência e o consenso aparece como uma unidade coerente, mas construído sobre as diferenciações. Nas sociedades de solidariedade orgânica, os homens se expressam com maior liberdade de crença, com maior autonomia de ação; enquanto na anterior (a mecânica), a consciência coletiva abrange a maior parte das consciências individuais.

Para Durkheim, a organização da solidariedade

mecânica precede historicamente à orgânica e aqui encontramos um elemento importante na sociologia durkheimiana: o indivíduo não vem historicamente em primeiro lugar. O que isso significa? Que a sociedade não resulta, como pensavam os filósofos, de um contrato social, em que os indivíduos precisaram, por conveniência, renunciar a um suposto estado de liberdade. Ao contrário, a teoria de Durkheim prova que não há homem sem sociedade. O primado da sociedade sobre o indivíduo ocupa posição central na sociologia de Durkheim e prova que o indivíduo nasce da sociedade e não a sociedade dos indivíduos. Concluindo, o homem é um ser social.



5. O Suicídio

Segundo Durkheim, o suicídio interessa ao sociólogo de forma não psicológica, mas de forma social. Procura padrões do fenômeno em diversas sociedades e adota um método comparativo. Segundo Durkheim, há quatro tipos de suicídio:

O suicídio egoísta: resulta de uma individualização excessiva cujo grau de integração do indivíduo na sociedade não se apresenta suficientemente forte.

O suicídio altruísta: o suicídio altruísta, ao contrário, resulta de uma individualização insuficiente. É o caso do ritual do *seppuku* do samurai no antigo Japão; ou das mulheres que na antiga Índia eram enterradas com os maridos. Um exemplo atual seria o suicídio dos homens-bombas terroristas, como ocorre em alguns conflitos do Oriente Médio.

O suicídio anômico: o suicídio anômico é o que mais interessa a Durkheim. Essa forma de suicídio se relaciona com uma situação de desregramento, típica dos períodos de crise, que impede o indivíduo de encontrar uma solução bem definida para os seus problemas, situação que favorece um sucessivo acumular de fracassos e decepções propícias ao suicídio.

O suicídio fatalista: o último tipo de suicídio é o suicídio fatalista. Embora Durkheim o visse como de pouca relevância contemporânea, ele acreditava que isso acontece quando um indivíduo é regulado demais pela sociedade. A opressão do indivíduo resulta em um sentimento de impotência diante do destino ou da sociedade.

Durkheim analisou as condições sociais propícias ao suicídio. Pela observação de estatísticas, ele concluiu que o suicídio era mais frequente nas comunidades protestantes que nas comunidades católicas, fenômeno que explicou através da noção de integração religiosa. Verificou também que o suicídio ocorria menos entre os indivíduos casados que entre solteiros situação que, segundo ele, se explicaria através da noção de integração familiar. Além disso, notou que a taxa de suicídios diminuía em períodos de grandes acontecimentos políticos, em que aumentava a coesão sociopolítica em torno da ideia de nacionalidade. Isso não quer dizer que o suicídio seja ontologicamente um fato social, ele o é enquanto a Sociologia o encara da maneira pautada pelo exposto pelo sociólogo. Torna-se um fato social a partir do momento em que se pode enquadrá-lo nos termos do objeto típico da Sociologia. Segundo Durkheim, mesmo que os homens se percebam como indivíduos com liberdade de escolha, seus comportamentos são frequentemente padronizados e moldados socialmente.

Glossário

Anomalia: Aquilo que desvia da norma, irregularidade.

Coerção: Repressão, ato de coagir, exercer força sobre.

Solidariedade: Interdependência humana, sentimento que leva a auxiliar o outro.



O *seppuku* é, para Durkheim, um exemplo de suicídio altruísta e socialmente aceito.



A relação Educação e Sociedade

A Relação Educação e Sociedade

Alberto Noé

(...)

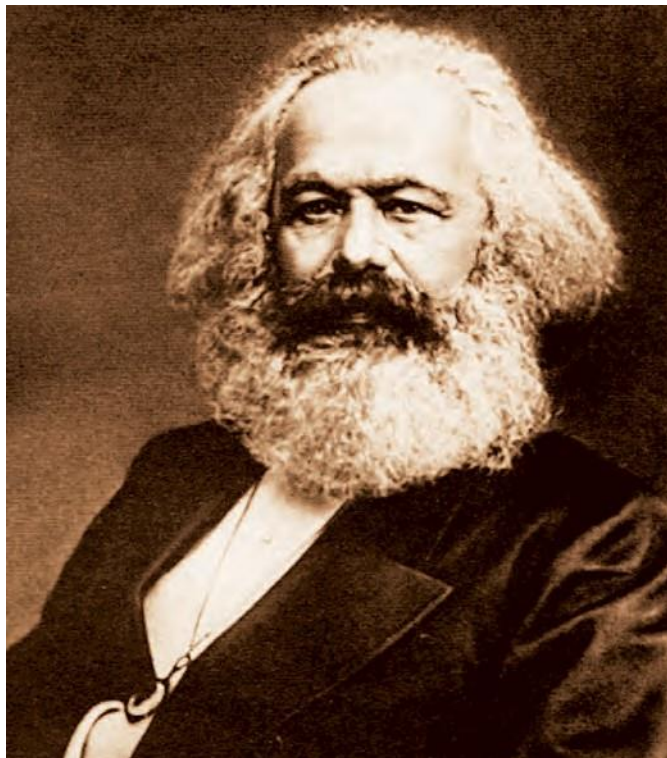
Para Durkheim, o objeto da sociologia é o fato social, e a educação é considerada como o fato social, isto é, se impõe, coercitivamente, como uma norma jurídica ou como uma lei. Desta maneira a ação educativa permitirá uma maior integração do indivíduo e também permitirá uma forte identificação com o sistema social. Durkheim rejeita a posição psicologista. Para ele, os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais, são as normas e os valores desenvolvidos por uma sociedade o [sic] grupo social em determinados

momentos históricos, que adquirem certa generalidade e com isso uma natureza própria, tornando-se assim coisas exteriores aos indivíduos. A criança só pode conhecer o dever através de seus pais e mestres. É preciso que estes sejam para ela a encarnação e a personificação do dever. Isto é, que a autoridade moral seja a qualidade fundamental do educador. A autoridade não é violenta, ela consiste em certa ascendência moral. Liberdade e autoridade não são termos excludentes, eles se implicam. A liberdade é filha da autoridade bem compreendida. Pois, ser livre não consiste em fazer aquilo que se tem vontade, e sim em se ser dono de si próprio, em saber agir segundo a razão e cumprir com o dever. E justamente a autoridade de mestre deve ser empregada em dotar a criança desse domínio sobre si mesma (...)

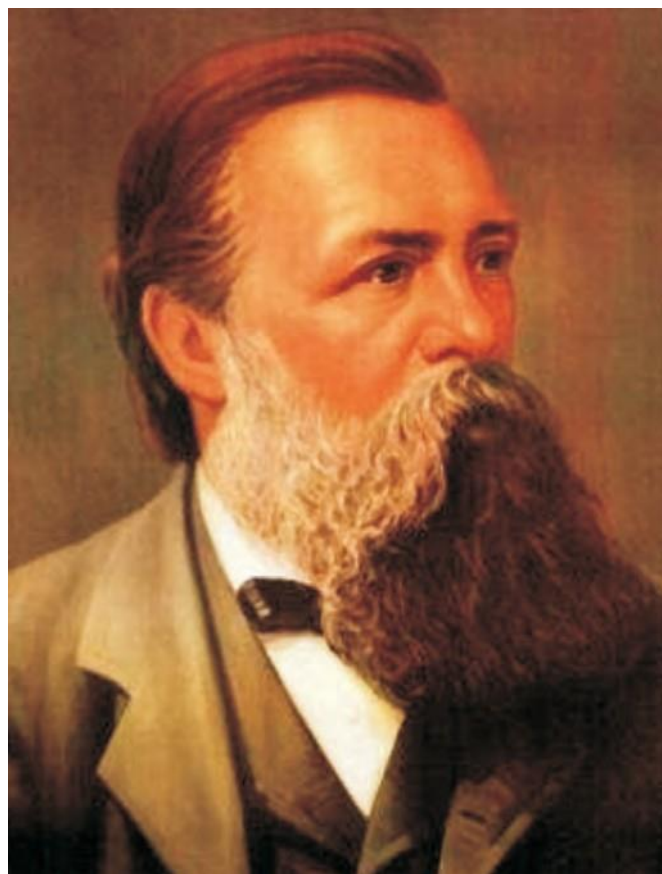
1. Introdução

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Treves, Alemanha. Estudou na Universidade de Berlim e doutorou-se em Filosofia em Jena. Em 1842, mudou-se para Paris, onde conheceu Friedrich Engels, seu parceiro de textos e ideias. Foi expulso da França e morou em Bruxelas, participando da Liga dos Comunistas. Em 1848 escreveu *O Manifesto do Partido Comunista*, obra de cunho mais político que científico, mas de grande importância histórica e que teria originado o chamado marxismo. Sua obra mostrou uma preocupação em lançar as bases científicas para o pensamento socialista, e politicamente, defendeu a **causa operária**, marca que acompanhará toda e qualquer tendência ou postura que se tenha intitulado de marxista. Malgrado o projeto de revolução social, em 1848, mudou-se para Londres. Com isso, podemos perceber que conhecia de perto boa e importante parcela da sociedade industrial europeia. Entre seus livros, destacam-se *A Ideologia Alemã*, *Miséria da Filosofia*, *Para a Crítica da Economia Política* e *O Capital*.

Marx viveu numa Europa próspera e conturbada. Percebeu e estudou as **contradições** do desenvolvimento do capitalismo e sua obra apontava para uma possibilidade de superação dos conflitos e contradições desse modo de produção que acumulava e concentrava riqueza nas mãos de poucos. Marx teve e ainda tem uma grande quantidade de seguidores na intelectualidade e entre políticos em todo o mundo.



Karl Marx deixou enormes influências nas sucessivas gerações de intelectuais.



Friedrich Engels foi o principal colaborador e companheiro intelectual de Marx.

2. Relações de Produção e Classe social

Para Marx, a sociedade não era um tecido solidário como queria Durkheim, mas uma organização baseada nas relações de produção. Na produção social da sua existência, dizia Marx, os homens travam relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. Tais relações de produção correspondem a um grau de **desenvolvimento das forças produtivas**. Esse desenvolvimento seria, então, o movimento próprio da história. O motor da história, portanto, é a contradição, pois cada modo de produção – que Marx entendia como etapas evolutivas (modo de produção asiático, antigo, feudal e burguês) – trazia em si um princípio contraditório e por isso o pensamento marxista é um pensar **dialético**. Chamou essa teoria de **materialismo dialético** ou histórico. Para Marx, a história não era um processo conduzido pela vontade dos homens, mas determinada, sobretudo pela forma como os homens produzem e reproduzem sua riqueza material. Percebia nessa ordem das coisas, as relações de conflito, principalmente entre as classes sociais, que apresentavam posições e interesses diferentes. Para Marx, existiam duas classes

sociais: a **classe dominante** e a **dominada**. Na sociedade de produção capitalista, a classe dominante está representada pela burguesia que detém os meios de produção (donos de fábricas, por exemplo) e a classe dominada, pelo proletariado (a classe operária e camponesa) que, nada possuindo, vende a sua força de trabalho como se fosse uma mercadoria.

As classes sociais são opostas e interdependentes. Só existem proprietários que acumulam riqueza porque há uma massa de despossuídos.

Para Marx e Engels, a sociedade, portanto, seria um tecido repleto de nós, ou melhor, de relações de conflito e **luta de classes**. Ao contrário de Durkheim, para eles não bastava a constatação de uma consciência coletiva. Na ótica marxista, não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, ao contrário, a existência social é que determina a sua consciência. Além disso, não pode haver uma única e externa consciência coletiva, como pensava Durkheim, porque, segundo Marx, a consciência é no mínimo, consciência de classe. Em outros termos, a consciência de um indivíduo da classe dominante será diferente da consciência daquele pertencente à classe dominada.

Concluindo, os valores de uma sociedade, os sentimentos, a forma de pensar e de interpretar o mundo, seja pela arte, pelo senso comum ou pela filosofia, a forma de agir em sociedade são reflexos das relações de produção.

Convém colocar que o método de Marx teve influência da dialética do filósofo George Hegel (1770-1831), para quem a história era um todo coeso, um processo de desenvolvimento, cuja dinâmica se dava por forças antagônicas (contrárias) do conhecimento e do espírito humano, às quais chamou de tese e antítese. Da relação de conflito das duas surgia, então, uma síntese que se constituía, por sua vez, em uma nova tese. Marx criticou Hegel por julgá-lo idealista, ou seja, o que Marx reformulou ou corrigiu na dialética hegeliana, a seu ver, nessa teoria foi a ideia de que o embate das forças de oposição ocorreria na esfera da realidade material, ou seja, na forma de produção.



O Marxismo percebe as contradições sociais e focaliza a luta de classes.

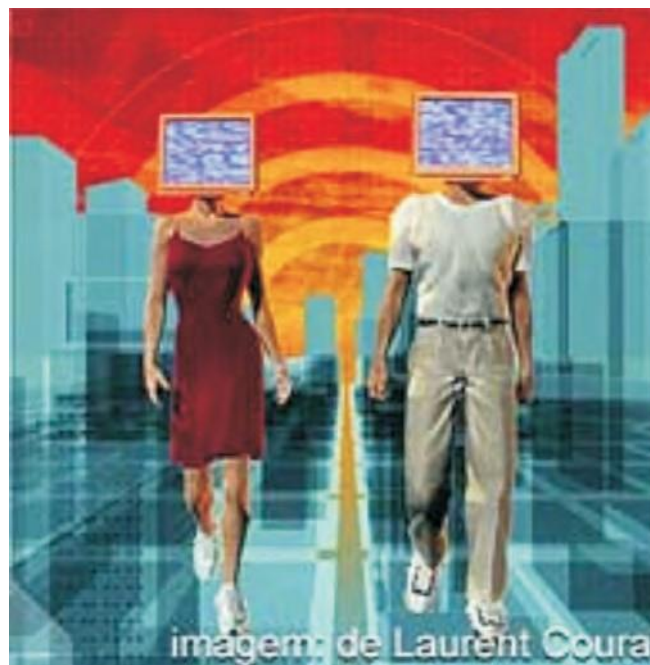
3. Teoria da Alienação

Para Marx, a classe dominada vivencia uma complexa experiência de **alienação**. A indústria, a condição de assalariado e a propriedade privada condenam a classe operária a uma situação de alienação, pois ela está separada do fruto do seu trabalho que é o bem por ela produzido e que pertence ao patrão. A consciência também se encontra alienada, pois os operários não necessariamente se apercebem dessa condição de **exploração**.

Politicamente, também ocorre uma experiência alienante. O princípio da representatividade pressupõe um Estado imparcial e que represente o conjunto de toda a sociedade. Para Marx, isso não acontece no capitalismo, já que o Estado, na verdade, representa diretamente os interesses da classe dominante.

Enquanto para Durkheim, a divisão social do trabalho gerava uma solidariedade, para Marx, tal divisão implica outra situação de conflito e alienação: uma classe privilegiada tem acesso ao conhecimento filosófico e esse pensar parcial e classista torna-se o pensamento dominante e a visão geral da sociedade como um todo. Assim, a própria ciência, ou a própria sociologia, pode ser um saber que produz alienação.

Segundo o pensamento marxista, o primeiro passo para tirar o homem da condição de alienação e de exploração é fazer a crítica radical ao modo de produção vigente e daí trabalhar no sentido de acelerar o advento de uma nova sociedade sem classes. Esse advento, segundo Marx, já está inscrito na contradição do sistema capitalista.



A imagem de Laurent Courau evoca a relação entre mídia e alienação.

4. O Capital

Para conhecer melhor o pensamento de Marx, faz-se imprescindível um contato com a sua obra *O Capital* (1867). Essa obra compreende três livros, o primeiro fora publicado em vida e os volumes II e III são publicações póstumas, inacabados e compilados por Engels.

N' *O Capital*, Marx analisa a essência do capitalismo que é a lógica do lucro e da propriedade privada. A obra inicia expondo dois tipos de troca: um primeiro em que a mercadoria é trocada por mercadoria, sendo uma troca imediatamente inteligível e humana; um segundo tipo que é a troca que vai do dinheiro para o dinheiro, passando pela mercadoria, sendo que no fim da troca, espera-se ter conseguido mais dinheiro do que aquele inicial. Denotando a produção de um **lucro**. Essa segunda forma de troca é a marca do capitalismo. A grande questão de Marx é descobrir como ocorre esse processo, ou ainda, como é possível produtores e comerciantes lucrarem? Outra maneira de formular o problema da obra: qual é a fonte do lucro? Marx acredita ter encontrado a resposta, desenvolvendo a teoria da **mais-valia**.

5. A mais-valia

Através da teoria da mais-valia, Marx demonstra que tudo é trocado pelo seu valor e, no entanto, existe uma fonte de lucro. Para chegar a explicar a mais-valia, precisamos expor três proposições.

Proposição primeira: o valor de qualquer mercadoria é proporcional a uma quantidade de valor de trabalho social nela embutido. Trata-se da teoria do valor-trabalho. Para Marx o único valor quantificável é a quantidade de valor-trabalho e por isso sabemos que um determinado objeto tem efetivamente mais valor que outro.

Proposição segunda: o valor-trabalho pode ser medido como valor de mercadoria. Já vimos que o operário assalariado é o que vende a sua força de trabalho como se ela fosse uma mercadoria, isso quer dizer que o salário pago ao trabalhador deve equivaler ao valor de trabalho social embutido na mercadoria, de acordo com a proposição primeira. Porém, em se tratando de trocas sociais, o salário deve corresponder à quantia que garanta a sobrevivência do trabalhador e de sua família.

Proposição terceira: o tempo de trabalho necessário para o operário produzir um valor igual ao que recebe sob a forma de salário é inferior à duração de seu trabalho de fato. Assim, um operário precisará, por suposição, de quatro horas de trabalho para receber o valor que garanta a sua sobrevivência, que corresponde ao seu salário, mas ele, na verdade, trabalha nove horas. Uma parte do tempo, ele trabalha para si e a outra, para o patrão. A mais-valia é exatamente a quantidade de valor produzido pelo operário além do trabalho necessário correspondente

ao valor do trabalho que recebe em forma de salário. Em outros termos, o valor produzido durante o sobretabalho é mais-valia. O trabalho, portanto, rende um valor extra ao dono da empresa, e esse, de certa forma, apropria-se de um valor excedente que em princípio é do trabalhador. Fica evidente que o aumento da produtividade, pelo avanço tecnológico, por exemplo, promove uma evolução da mais-valia.



Marx estudou o modo de produção capitalista e suas contradições.

6. Concluindo

O Capital (primeiro volume) é publicado em 1867, o segundo volume, em 1885 e o terceiro, só em 1889. Após a morte do pensador, Engels continuou velando pela obra. O terceiro volume não completa a sua obra, ao menos, não o plano original. Marx pretendia escrever um quarto volume, no qual queria expor suas ideias sobre uma mecânica mistificadora dos movimentos econômicos.

Depois de Marx, o socialismo adquiriu consistência científica. Encontramos em seu pensamento uma profunda compreensão do processo econômico e da influência sobre a vida dos homens, colocando de lado, hoje, o determinismo econômico de sua obra, principalmente em razão da época em que viveu, não mais aceito inclusive por muitos marxistas.

Trata-se de um autor polêmico, criticado de forma legítima e irônica, essa última, perigosa porque expõe os abusos da especulação intelectual. Marx via no socialismo uma necessidade histórica. Após sua morte, foi implantado no Leste Europeu sem sucesso, assim como em outros países. O resultado das experiências socialistas, em geral, foi um fracasso. O socialismo foi um sonho de inspiração humanista e iluminista que malogrou. Marx elaborou um pensamento universal e sustentou uma visão de homem universal e muitos cientistas sociais e filósofos valorizam essa face de sua produção intelectual. O fim do socialismo real na URSS e na Europa Oriental não significou, para alguns, o fim do pensamento socialista; ou para outros, o fim da sua ameaça.

Faz-se necessário compreender hoje que a história não se conclui em qualquer manifestação particular, nem

em uma sociedade socialista, tampouco em uma capitalista. Como pensa, em geral, o marxismo, o esforço para reproduzir um modo de produção econômico acarreta alterações nas forças em oposição. Faz-se, portanto, necessário continuar a desenvolver a crítica dos modelos sociais e econômicos que os homens estabelecem, por sua vontade ou não, procurando propostas de superação das mazelas sociais.



Conceitos básicos do Marxismo

Definir claramente o sentido de Socialismo, hoje em dia, não constitui tarefa das mais simples. Essa dificuldade pode ser creditada à utilização ampla e diversificada deste termo, que acabou por gerar um terreno bastante propício a confusões. Constantemente encontramos afirmações de que os comunistas lutam pelo socialismo, assim como também o fazem os anarquistas, os anarcossindicalistas, os social-democratas e até mesmo os próprios socialistas. A leitura de jornais vai nos informar que os governos cubano, vietnamita, alemão, austríaco, inglês, francês, sueco entre outros, proclamam-se socialistas. Caberia então perguntar o que é vem a ser este conceito, tão vasto, que consegue englobar coisas tão díspares.

A História das Ideias Socialistas possui alguns cortes de importância. O primeiro deles é entre os socialistas utópicos e os socialistas científicos, marcado pela introdução das ideias de Marx e Engels no universo das propostas de construção da nova sociedade. O avanço das ideias marxistas consegue dar maior homogeneidade ao movimento socialista internacional. Pela primeira vez, de países diferentes, quando pensavam em socialismo, estavam pensando numa mesma sociedade – aquela preconizada por Marx – e numa mesma maneira de chegar ao poder.

As ideias de Karl Marx e Friedrich Engels

As teses apresentadas por Marx e Engels levaram a uma total modificação do caminho que vinha sendo percorrido pelas ideias socialistas e constituíram a base do socialismo moderno. Apesar de obras anteriores, é o *Manifesto do Partido Comunista* que inova definitivamente o ideário socialista. A partir de sua publicação em 1848, tanto Marx quanto Engels aprofundaram e detalharam, em suas demais obras, suas concepções sobre a nova sociedade e sobre a História da humanidade.

Antes de qualquer coisa, devemos fugir à ideia de que anteriormente a Marx existissem apenas trevas. O que há de genial no trabalho de Marx é sua aguçada visão da História e dos movimentos sociais e a utilização de instrumentos de análise que ele próprio criou. Marx se serve de três principais correntes do pensamento que se vinham desenvolvendo, na Europa, no século passado, coloca-as em relação umas com as outras e as completa em suas obras. Sem a inspiração nestas

Glossário

Alienação: Perda da razão, loucura, submissão cega a valores e instituições com inconsciência da realidade. Produto da ação humana que torna o homem estranho a si próprio.

Dialética: Argumentação habilidosa (Platão), pensamento ou método filosófico e científico que leva em consideração as contradições da realidade.

três correntes, admite o próprio Marx, a elaboração de suas ideias teria sido impossível. São elas: a dialética, a economia política inglesa e o socialismo. Para Marx o movimento dialético não possui por base algo espiritual, mas sim algo material. O materialismo dialético é o conceito central da filosofia marxista, mas Marx não se contentou em introduzir esta importante modificação apenas no terreno da Filosofia. Ele adentrou no terreno da História e ali desenvolveu uma teoria científica: O materialismo histórico. O materialismo histórico, a concepção materialista da história desenvolvida por Marx e Engels, é uma ruptura à História como vinha sendo estudada até então. A história idealista que dominava até aquela época chamava-se de História da Humanidade ou História da Civilização a algo que não passava de mera sequência ordenada de fatos históricos relativos às religiões, impérios, reinados, imperadores, reis etc.

Para Marx as coisas não funcionavam desta maneira. Em primeiro lugar, como materialista, interessava-lhe descobrir a base material daquelas sociedades, religiões, impérios etc. A ele importava saber qual era a base econômica que sustentava estas sociedades: quem produzia, como produzia, com que produzia, para quem produzia e assim por diante. Foi visando isto que ele se lançou ao estudo da Economia Política, tomando como ponto de partida a escola inglesa cujos expoentes máximos eram Adam Smith e David Ricardo. Em segundo lugar uma vez que a base filosófica de todo o pensamento marxista (e, portanto, também de sua visão de história) era o materialismo dialético, Marx queria mostrar o movimento da história das civilizações enquanto movimento dialético.

A teoria de História de Marx e Engels foi elaborada a partir de uma questão bastante simples. Examinando o desenvolvimento histórico da humanidade, pode-se facilmente notar que a filosofia, a religião, a moral, o direito, a indústria, o comércio etc., bem como as instituições onde estes valores são representados, não são sempre entendidos pelos homens da mesma maneira. Este fato é evidente: A religião na Grécia não é vista da mesma maneira que a religião em nossos dias, assim como a moral existente durante o Império Romano não é a mesma moral existente durante a Idade Média.

O texto acima foi (adaptado) de: *O que é Socialismo*. Escrito por Arnaldo Spindel. Editora Brasiliense, 4.ª edição

Comunismo

Amanda Coelho Sanches

As ideias básicas de Karl Marx estão expressas principalmente no livro *O Capital* e n' *O Manifesto Comunista*, obra que escreveu com Friedrich Engels, economista alemão. Marx acreditava que a única forma de alcançar uma sociedade feliz e harmoniosa seria com os trabalhadores no poder. Em parte, suas ideias eram uma reação às duras condições de vida dos trabalhadores no século XIX, na França, na Inglaterra e na Alemanha. Os trabalhadores das fábricas e das minas eram mal pagos e tinham de trabalhar muitas horas sob condições desumanas. Marx estava convencido que a vitória do comunismo era inevitável. Afirmava que a história segue certas leis imutáveis, à medida que avança de um estágio a outro. Cada estágio caracteriza-se por lutas que conduzem a um estágio superior de desenvolvimento. O comunismo, segundo Marx, é o último e mais alto estágio de desenvolvimento. Para Marx, a chave para a compreensão dos estágios do desenvolvimento é a relação entre as diferentes classes de indivíduos na produção de bens. Afirmava que o dono da riqueza é a classe dirigente porque usa o poder econômico e político para impor sua vontade ao povo. Para ele, a *luta de classes* é o meio pelo qual a história progride. Marx achava que a classe dirigente jamais iria abrir mão do poder por livre e espontânea vontade e que, assim, a luta e a violência eram inevitáveis.

O futuro incerto do comunismo

Em sucessivas eleições, o Partido Comunista Francês teve um desempenho abaixo de seus patamares históricos. Essa decadência aparentemente inexorável de seu potencial militante e de seu apelo político é questionada por três livros lançados recentemente

(*Le Monde Diplomatique*)

Em sucessivas eleições, o Partido Comunista Francês (PCF) atingiu patamares historicamente baixos. Seu potencial militante não é mais o que era. Teria perdido toda a oportunidade de se recuperar? Ao contrário das opiniões correntes, os pesquisadores Marie-Claire Lavabre e François Platone¹ insistem nos trunfos comunistas: um número de militantes certamente em baixa constante, mas sem equivalente em outras formações políticas e com perfil em sintonia com a evolução do assalariado na sociedade francesa (ascensão dos funcionários e executivos, em detrimento dos operários tradicionais); uma implantação local que provoca ciúmes entre os Verdes e os da extrema esquerda. Os pesquisadores destacam igualmente a nova imagem do PCF na opinião pública depois da ruptura com o modelo soviético, desde o findar dos

anos 70, que atingiu seu ponto máximo na “mutação” do último período. Resta saber se o PCF está à altura para investir em um espaço político que no momento lhe escapa.

Alguns acreditam nisso, como o historiador Roger Marteli, membro ativo do PCF, que escreve um livro com título iconoclasta: *Le communisme est un bon parti, dites-lui oui*² (O comunismo é um bom partido. Diga sim, para ele.) Marteli é daqueles que refletem há muito tempo sobre o inexorável declínio do comunismo na ausência de uma renovação à altura do desafio. Aliás, ele consagra grande parte de sua obra a um enfoque histórico-político da questão, inseparável da crise do modelo tal como foi aplicado no Leste e como se expressou no cenário nacional. Ele aponta a especificidade própria do movimento operário francês, que nunca foi uma simples cópia do sistema soviético.

Um comunismo reconstruído

Esta lembrança permite ao autor ressaltar que o declínio do PCF vem de muito longe. Segundo ele, para resolver a crise estrutural seria necessário uma mudança completa para chegar ao que ele denomina “um comunismo político da nova geração”. Martelli imagina uma revolução na revolução, passagem obrigatória para desenvolver um projeto novo para sua teoria, suas práticas, sua organização, seu simbolismo.

Amplio programa, sedutor em seu enunciado, mas que necessitaria ser definido em seu conteúdo. Se ele é um daqueles que permanecem céticos sobre a atual evolução do PCF, Martelli não deixa de apostar em um “comunismo reconstruído”, definitivamente despido das ilusões do passado.

Um outro historiador, Alain Ruscio, conhecido por seus trabalhos sobre o colonialismo, confronta-se de uma forma mais pessoal à realidade do comunismo³. Ele foi membro do PCF. Não é mais, mas permanece visceralmente anticapitalista. Ele relata sua trajetória pessoal, a de um homem que cruzou com espíritos generosos, a de um militante que se chocou com a lógica do aparelho partidário, a de um revoltado que conserva intactas suas iras da juventude. A sua maneira, original, o autor propõe um testemunho que interessará a todos aqueles que recusam ver no capitalismo o fim da História.

(Trad.: **Celeste Marcondes**)

¹ - *O que resta do PCF ?* Revista Autrement, Paris, 2003.

² - *O comunismo é um bom partido. Diga sim, para ele.* La Dispute, Paris, 2003.

³ - *Nós e eu, grandeza e servidão comunista.* Edição Tirésias. Paris, 2003.

JOÃO CALVINO

O Calvinismo cristalizou a Reforma. Lutero e Zuínglio tinham modificado radicalmente a antiga religião, mas, para além do vigoroso realce dado à Palavra de Deus, as crenças reformadas careciam duma autoridade precisa, duma direção organizada e duma filosofia lógica. João Calvino deu-lhes tudo isso e mais ainda. Ele foi um daqueles raros caracteres em que o pensamento e a ação se conjugam e que, se chegam a deixar marca, gravam-na profundamente na História. A influência que ele exerceu desde a cidade de Genebra, que praticamente governou a partir de 1541 até a sua morte, em 1564, espalhou-se pela Europa inteira e mais tarde pela América.

Calvino nasceu na França, a 10 de julho de 1509, em Noyon, onde seu pai era notário apostólico e delegado fiscal. O pai era um respeitável membro da classe média, que esperava que o seu segundo filho, João, seguisse a carreira eclesiástica; mas os seus antepassados mais remotos tinham sido barqueiros em Pont-l'Évêque, no rio Oise. João Calvino estudou Teologia, e depois Direito, nas Universidades de Paris, Orleães e Bourges.

É incerto quando e como tenha Calvino abandonado a fé dos seus maiores. Mais tarde ele escreveu: "Deus sujeitou-me o coração à docilidade através duma conversão repentina". Sem dúvida que os seus interesses se foram desviando dos clássicos e das leis para o estudo dos Pais da Igreja e das Escrituras. As influências primordiais foram provavelmente as do Novo Testamento grego de Erasmo e dos sermões de Lutero. O Testamento grego revelou-lhe até que ponto a doutrina da Igreja se tinha afastado da narração evangélica. Os escritos de Lutero faziam realçar aquela ideia que germinava agora na sua própria mente e que iria influenciar dali por diante tudo o que ele fez, a de que o homem, carregado de culpas, apresentando-se coberto de pecados perante o Deus perfeitamente bom, somente pode salvar-se pela sua fé absoluta e sem restrições na misericórdia divina.

Calvino passou a escrever a obra que veio a ser o livro texto da Reforma Protestante, a sua *Instituição da Religião Cristã*, que continha as ideias fundamentais em que assentava o calvinismo. Ao cabo de 23 anos da sua primeira publicação – 1536 – os seus seis capítulos originais tinham aumentado para oitenta, mas as ideias não tinham sofrido modificações sensíveis. Talvez que nenhum livro publicado no século XVI tenha produzido efeitos de tão largo alcance.

Quais eram os fundamentos da sua crença? Tal como Lutero e Zuínglio, a Bíblia, a inspirada Palavra de Deus, constitui a base final de todas as suas ideias. "Tal como

sucede com os velhos, e os que sofrem de oftalmias, e todos os que têm má visão, que, se lhes pusermos diante nem que seja o mais belo livro, embora eles reconheçam que ali está escrita alguma coisa, mal conseguem juntar

duas palavras, mas, se forem ajudados mediante a interposição de óculos, começarão a ler indistintamente, assim também a Escritura, reunindo todo o conhecimento de Deus na nossa mente, doutro modo confusa, dispersa as trevas e mostra-nos claramente o verdadeiro Deus." Embora Calvino admitisse que a Escritura era totalmente isenta de erro humano, salientou que "as Escrituras são a escola do Espírito Santo, onde nada é omitido que seja necessário e útil conhecer, e nada é ensinado, exceto aquilo que seja vantajoso saber"; e sustentou que o Antigo Testamento era tão valioso quanto o Novo. "Ninguém pode receber sequer a mínima parcela de reta e sã doutrina se não passar a ser um discípulo das Escrituras e não as interpretar guiado pelo Espírito Santo."

É óbvio que a Igreja e o Estado devem ambos derivar a sua autoridade da Escritura. Calvino distinguia, como outros fizeram, entre a Igreja visível e a invisível. A segunda era formada por todos os que estavam predestinados à salvação. *Afirmamos*, escreveu ele na *Instituição*, *que por decreto eterno e imutável Deus já determinou de uma vez por todas quem Ele admitirá à salvação e quem Ele admitirá à destruição. Confirmamos que esse decreto, pelo que respeita aos eleitos, fundamenta-se no Seu decreto desinteressado, totalmente independente dos méritos humanos; mas para aqueles que ele destina à condenação as portas da vida ficam fechadas por um julgamento justo e perfeito.* A teoria da predestinação de Calvino nasceu da sua crença na presciência absoluta de Deus, e da firme convicção, robustecida pelas suas leituras de São Paulo e Santo Agostinho, de que o homem é incapaz de se salvar pelas suas próprias ações; somente pode ser salvo pela imerecida graça de Deus, livremente concedida. Mas, se a Igreja é o grémio dos predestinados ou eleitos, ela deve necessitar de alguma expressão visível, ainda mesmo que imperfeita.

A autoridade da Igreja é puramente religiosa, assim como a autoridade do Estado é puramente política. Calvino atribuiu uma autoridade de origem divina e chamou aos magistrados os *ministros da justiça divina*. Enquanto a Igreja lida com a vida *da alma ou do homem interior*, os magistrados ocupam-se em *estabelecer a justiça, civil e exterior, da moralidade*. Idealmente, o Estado não deve interferir na Igreja, embora deva fazer tudo aquilo que puder para ajudá-la, mas Igreja também não deve interferir no Estado.

Os *Regulamentos Eclesiásticos* de Calvino estabele-

lecia como devia ser governada e Igreja. Esta tinha duas instituições dirigentes, o *Venerável Ministério* e o *Consistório*. O primeiro, formado pelos pastores, *examinava os que se sentiam vocacionados para a ordenação, apresentando depois ao Conselho para a aprovação aqueles a quem tinha escolhido; escutava os sermões sobre a doutrina, e agia como censor moral*. O Consistório, um conselho de seis ministros e doze anciãos escolhidos entre os membros dos três conselhos governativos, era de todos os instrumentos de governo de Calvino o de maior significado. Em teoria era um tribunal da moral, mas a moralidade em Genebra não tinha limites; o Consistório tomava conhecimento de todas as formas de atividade, lidando com os vícios mais graves e com as infrações mais banais. A sua disciplina era severa e mantida por meio da excomunhão; as sentenças que proferia eram muitas vezes rigorosas, mas não o eram invariavelmente. O adultério, o jogo, as pragas, a bebida, o dormir na altura dos sermões e todas as práticas suscetíveis de poderem ser consideradas católicas, tudo isso caía sob a sua alçada.

Genebra tornou-se a central do mundo protestante. Refugiados protestantes de toda a Europa encontraram refúgio e ensino adentro das suas fronteiras, dando rapidamente uma feição acentuadamente cosmopolita à cidade. O ensino calvinista floresceu na sua universidade e na Academia fundada por Calvino em 1559. A literatura impressa em Genebra inundou a Europa, quer através do mercado livre, quer vendida por *colporteurs* clandestinos; os livros e folhetos eram de formato especial para se poderem transportar sem serem descobertos.

Quando em 1564 Calvino morreu, pôde no mínimo repousar com o seguro conhecimento de ter criado um dos mais importantes movimentos religiosos e políticos da história mundial.

*Texto Retirado da Segunda Edição do Livro **Renascimento e Reforma**, de V.H.H. Green. Publicações Dom Quixote, Portugal.*

Max contra Marx

Clássico de Max Weber que defende a religião como premissa para o surgimento do capitalismo, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, que faz cem anos, se sustenta hoje como análise da relação entre cultura e modernidade.

(Folha de São Paulo – Caderno Mais, 27.03.2005)

Neste ano se comemora o centésimo aniversário do mais famoso tratado sociológico já escrito, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber [1864-1920]. Foi um livro que deixou Karl Marx de ponta-cabeça.

A religião, segundo Weber, não era uma ideologia produzida por interesses econômicos (o ópio das massas, como havia colocado Marx); era sobretudo o que havia possibilitado o mundo capitalista moderno.

Na década atual, quando as culturas parecem estar

se chocando e a religião frequentemente é responsabilizada pelos fracassos da modernização e da democracia no mundo muçulmano, o livro e as ideias de Weber merecem um novo olhar.

O argumento de Weber se concentrou no protestantismo ascético. Ele disse que a doutrina calvinista da predestinação levava os crentes a tentar demonstrar sua situação de eleitos, o que faziam dedicando-se ao comércio e ao acúmulo material.

Dessa maneira, o protestantismo criou uma ética do trabalho – isto é, a valorização do próprio trabalho, mais que seus resultados – e demoliu a antiga doutrina aristotélico-católica de que uma pessoa só deveria obter riqueza suficiente para viver bem. Além disso, o protestantismo advertiu seus fiéis para comportarem-se moralmente fora dos limites da família, o que foi vital para criar um sistema de confiança social.

A tese de Max Weber causou polêmica desde o momento de sua publicação. Vários estudiosos afirmaram que estava empiricamente errada sobre o desempenho econômico superior dos protestantes em relação ao dos católicos; que as sociedades católicas tinham começado a desenvolver o capitalismo moderno muito antes da Reforma; e que foi a Contrarreforma, mais que o catolicismo, que provocou o retrocesso econômico. O economista alemão Werner Sombart afirmou ter descoberto o equivalente funcional da ética protestante no judaísmo; Robert Bellah o descobriu no budismo *tokugawa* do Japão.

É seguro dizer que a maioria dos economistas contemporâneos não leva a sério a hipótese de Weber ou qualquer outra teoria culturalista do crescimento econômico. Muitos afirmam que a cultura é uma categoria residual em que os cientistas sociais preguiçosos se refugiam quando não conseguem desenvolver uma teoria mais rigorosa.

Realmente, há motivos para ser cauteloso quanto a usar a cultura para explicar evoluções econômicas e políticas. Os próprios textos de Weber sobre as outras grandes religiões do mundo e seu impacto na modernização servem como advertência.

Seu livro “A Religião da China – Confucionismo e Taoísmo” (1916) dá uma visão muito pálida das perspectivas de desenvolvimento econômico na China confucionista, cuja cultura, ele comenta, constitui um obstáculo apenas ligeiramente menor do que a japonesa para o surgimento do capitalismo moderno.

O que manteve a China e o Japão atrasados, hoje compreendemos, não foi a cultura, mas as instituições sufocantes, uma política ruim e diretrizes erradas. Quando isso foi solucionado, ambas as sociedades avançaram. A cultura é apenas um de muitos fatores que determinam o sucesso de uma sociedade.

Isso é algo que devemos lembrar quando escutamos alegações de que a religião do Islã explica o terrorismo, a falta de democracia ou outros fenômenos no Oriente Médio.

Glossário

Ascese: Prática ou postura religiosa que nega os prazeres do mundo para garantir conforto e bem-aventurança espiritual. Segue o sentido de ascender, como subir.

Ethos: (grego) Conjunto de hábitos, crenças e costumes fundamentais. Atmosfera moral de uma sociedade ou classe. *De ethos* origina-se a palavra ética.

Historicista: é o que busca o processo de desenvolvimento histórico e entende como processo a partir de uma origem o fenômeno cultural. Não aceita, portanto, explicações naturalizantes.

Subjetividade: caráter daquilo que está dentro do homem, em oposição ao objetivamente dado.